

Entrevista: Isabel Baptista

Interview: Isabel Baptista

Entrevista realizada por Maria Lopes de Azevedo – maria.azevedo@ipportalegre.pt

Quais as principais áreas científicas que integram a formação inicial dos Educadores Sociais?



Os educadores sociais são técnicos de intervenção socioeducativa, isto é, são profissionais do desenvolvimento humano qualificados para exercer uma função pedagógica junto de pessoas de todas as idades, com atenção especial para as que se encontram em situação de vulnerabilidade ou exclusão. Como tal, penso que a Pedagogia Social, a ciência da educação que enquadra os processos de formação ao longo da vida promovidos na perspetiva de uma ecocidadania justa e solidária, deverá ocupar um lugar central na sua formação inicial. Um lugar matricial e a partir do qual fará sentido equacionar o contributo de outros saberes relevantes no âmbito do conhecimento social e humano.

Página | 6

A formação inicial (licenciatura 3 anos) apresenta-se como abrangente e diversificada. Esta amplitude na formação não contribuirá para a formação de especialistas em nenhuma área em particular?

O debate sobre a amplitude, característica desta área de formação, não é novo. Os primeiros licenciados em Educação Social a sair para o mercado de trabalho, no início do século, viveram-no com particular inquietação. Contudo, considerando os espaços de autoridade profissional que vêm sendo afirmados ao longo das últimas décadas, na pluralidade de contextos de intervenção onde os educadores sociais fazem efetiva diferença, creio que a questão estará ultrapassada. Como profissionais qualificados, especializados que são, os educadores sociais desenvolvem a sua atividade pedagógica em resposta a realidades humanas particularmente sensíveis, diferenciadas e muito complexas que, enquanto tal, requerem uma formação exigente não só do ponto de vista técnico, mas também do ponto de vista científico, cultural e ético. Em meu entender, reside aqui, justamente, a marca distintiva da sua identidade profissional. Ou seja, a amplitude e a diversificação são características constitutivas da Educação Social, devendo ser encaradas como uma mais-valia e não como um problema. Em linha, aliás,

Aprender.

com o perfil de competências que é recomendado pela Comissão de Educação da UNESCO no seu último relatório, publicado em 2021. A necessidade de renovação do contrato social num mundo pós-covid, veio colocar em evidência a centralidade das interações humanas e a pertinência na construção conjunta de futuros mais risonhos e mais solidários.

Estando diretamente ligada à formação destes profissionais, praticamente desde que se iniciou a primeira licenciatura, entende que a formação inicial de 3 anos prepara os profissionais para a intervenção? Ou a formação poderia/deveria ser na linha da formação dos professores de 1º CEB que fazem o 1º ciclo de 3 anos (Educação básica) e o 2º ciclo de 2 anos (Mestrado)?

No seguimento do que acabo de dizer sobre a identidade disciplinar da educação social e sobre a identidade profissional dos educadores sociais, penso que importa assegurar uma formação de nível superior, compatível com um estatuto de carreira socialmente reconhecido e valorizado. Uma formação que contemple, portanto, os graus de licenciatura e mestrado. Todavia, creio que o essencial está na forma como os cursos de graduação e pós-graduação são estruturados. Em todos os seus patamares, a formação dos educadores sociais deverá ser orientada para a prática, segundo lógicas de interligação entre ensino, investigação e formação onde a participação dos próprios profissionais, os educadores sociais, seja tida em conta.

A formação dos Educadores Sociais e a formação de outros trabalhadores sociais deve diferenciar-se em quê (ou como e porquê)?

Página | 7

Não esqueçamos que os educadores sociais são pedagogos, o que faz toda a diferença. É nessa condição, portanto, que integram as equipas multiprofissionais ligadas ao trabalho social. O seu saber profissional de referência é a Pedagogia Social, um saber com identidade científica própria, gerador de modelos de intervenção mais próximos das pessoas e das suas situações de vida, mais integrados e mais preventivos. Olhadas sob um prisma pedagógico, as pessoas são reconhecidas na plenitude da sua condição humana, como seres perfeitíveis e aprendentes, independentemente das suas circunstâncias de vida ou das suas dificuldades. Este princípio é igualmente válido quando a abordagem pedagógica se refere à intervenção junto das organizações ou das comunidades, valorizadas também a partir das suas possibilidades e, dessa forma, capazes de superar os seus problemas. Como sabemos, os educadores sociais estão particularmente qualificados para o trabalho de mediação sociocomunitária e de intervenção em rede, possuindo competências relacionais de importância vital para o exercício da interprofissionalidade e para as dinâmicas interatores.

Qual o perfil do Educador Social?

Atuando como agentes de formação ao longo da vida, os educadores sociais possuem um perfil profissional característico e relevante, distinguindo-se no plano da prática pela forma como, em cada relação e em cada situação, desenvolvem a arte de alquimia pedagógica. Uma arte que pede muita sensibilidade, muita técnica e muita ciência, sobretudo quando se trata de ajudar a construir trajetórias singulares de superação e

Aprender.

de realização humana junto de pessoas que se encontram descrentes de si mesmas e fragilizadas no seu poder de cidadania. Daí que a sua formação académica seja irredutível a visões instrumentais e simplificadoras. Reafirmo que é outro o sentido de qualificação e especialização que está em causa quando falamos de educação. Os educadores sociais precisam ser formados em conformidade com a sua condição de atores-autores, isto é, de líderes pedagógicos, com responsabilidade de interpretação crítica de realidades dinâmicas e muito complexas. Por esta razão, defendemos um perfil profissional eminentemente reflexivo, ancorado numa formação de nível superior, onde as competências de investigação sejam indissociáveis das competências de intervenção.

Quais os principais contextos de intervenção dos Educadores Sociais?

Os contextos de formação ao longo da vida, na e com a vida, na e com as comunidades, remetem-nos, naturalmente, para uma pluralidade de lugares e tempos de educação. Atendendo às prioridades de desenvolvimento humano preconizadas pelas sociedades democráticas do nosso tempo, apontamos como domínios estratégicos de intervenção dos educadores sociais os que se referem à ação pedagógica junto de pessoas em situação de vulnerabilidade ou exclusão, aos processos de desenvolvimento comunitário, à educação de crianças, jovens e adultos e à educação intercultural. Falo, portanto, de contextos de intervenção como, serviços sociais, autarquias, organizações não governamentais, associações culturais, centros e aprendizagem ao longo da vida e escolas. Sim, as escolas constituem também territórios privilegiados de intervenção socioeducativa num quadro de promoção de condições de sucesso educativo, de inclusão e de capacitação cívica.

Atendendo aos diferentes contextos, públicos e problemáticas de intervenção, certamente que o educador social, à semelhança de outros profissionais que trabalham com e para pessoas, se confronta, diariamente, com questões dilemáticas de difícil resolução. Estará o educador social preparado para resolver estes dilemas?

Pelas razões que já foram referidas, para os educadores sociais, as questões ético-deontológicas constituem parte integrante do conhecimento sociopedagógico, funcionando como um requisito elementar e interior à profissão e não como imposição vinda de qualquer autoridade exterior. Esta é uma questão que me é especialmente cara e na qual tenho vindo a trabalhar há décadas. Em conformidade com as exigências de intervenção socioeducativa e com uma conceção de profissionalidade reflexiva, situo a ética profissional dos educadores sociais no âmbito das chamadas éticas aplicadas ou éticas práticas, valorizando, conjuntamente, as dimensões teleológica, deontológica e pragmática. Ou seja, considerando de modo indissociável a reflexão sobre valores, padrões de conduta e modelos de atuação. Neste sentido, tenho dificuldade em reduzir a cultura ética dos educadores sociais à existência de documentos de carácter meramente deontológico, como Cartas, Declarações ou Códigos. Reconheço a importância e a força identitária destes instrumentos formais enquanto expressão de compromissos coletivos absolutamente necessários, mas não suficientes. A resposta às interrogações, aos problemas e aos dilemas que os educadores sociais enfrentam diariamente não é suscetível de receituário. Os educadores sociais são chamados a tomar decisões imediatas e muito concretas, em ambientes que põem à prova o seu

Aprender.

sentido de integridade profissional e o seu poder de deliberação prudencial. Afinal de contas, trata-se de saber colocar a autoridade profissional ao serviço da liberdade do outro, uma tarefa que exige a construção de equilíbrios difíceis e aparentemente impossíveis. O que nos traz de novo para a questão da formação, neste caso para a necessidade de uma formação ética consistente com a afirmação de uma profissionalidade reflexiva, crítica e criativa.

A Educação Social pode ser vista como uma profissão de futuro e com futuro?

No seguimento do que tive já oportunidade de afirmar, acredito que a profissão de educador social não só tem futuro, como este, o tempo que hoje vivemos, é um tempo por excelência para a afirmação dos educadores sociais. Para tal, é preciso que os próprios educadores sociais sejam capazes de projetar publicamente eixos de autorização e dignificação consentâneos com a sua identidade profissional. Um esforço que passa pela consolidação das respetivas comunidades académicas e profissionais, pelo investimento em redes de trabalho colaborativo e em práticas de formação baseadas no diálogo profissional e interprofissional. A inevitável diferenciação de papéis e funções constitui uma marca positiva e diferenciadora da profissionalidade dos educadores sociais, mas ela comporta, naturalmente, desafios particulares do ponto de vista formativo e identitário. Na minha opinião, e tal como tenho vindo a defender ao longo dos anos, a ética, entendida como dimensão intrínseca ao saber pedagógico, constitui o cimento invisível da integridade profissional dos educadores sociais. Insisto, por isso, na necessidade de programas de formação ética e na afirmação de um património deontológico específico, mas evitando enveredar por visões redutoras, subordinadas a lógicas corretivas, punitivas e prescritivas que em nada prestigiam a autoridade profissional dos educadores sociais. Neste sentido, tenho muitas reservas em relação à pertinência de um Ordem profissional, atendendo, inclusive, ao papel historicamente datado deste tipo de estruturas. Aposto mais na consolidação das estruturas associativas já existentes, como a APTSES, por exemplo, apelando para um caminho de autorização e dignificação, porventura mais difícil, mas certamente mais concordante com as exigências de um desempenho profissional reflexivo. Um tipo de desempenho profissional que obriga cada educador/a social a dispor-se a desenvolver, continuamente, percursos de aprendizagem e de autoaperfeiçoamento. A este respeito, não posso deixar de referir, com especial satisfação, o notável progresso que tem vindo a ser registado nos últimos anos em termos de frequência de cursos de Mestrado e Doutoramento nas áreas das Ciências da Educação e da Pedagogia Social, bem como o número de publicações assinadas pelos próprios educadores sociais. Sim, definitivamente, este é o tempo da Educação Social e dos educadores sociais. Digo-o com a convicção, e com o orgulho, de quem tem podido testemunhar o percurso de desenvolvimento da Educação Social no nosso país, desde o aparecimento dos primeiros cursos de formação de nível Superior, no final do século passado até aos dias de hoje.

Isabel Baptista, outubro 2022

Professora Associada da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa (FEP-UCP) - ibaptista@ucp.pt

Professora Associada da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa (FEP-UCP), onde atualmente coordena os Cursos de Mestrado em Ciências da Educação. Doutorada em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP, 2005) e Mestre em Filosofia da Educação pela mesma universidade (FLUP, 1996).

Provedora de Ética (Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa (CRP-UCP); Presidente do Conselho de Acompanhamento da Carta Ética da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE). Diretora da Revista "A Página da Educação" (www.apagina.pt). Investigadora do Research Centre for Human Development (CEDH/-UCP/FCT) e do Research Centre on Adult Education and Community Intervention (CEAD-UAlg/FCT). Principais áreas de ensino, investigação e publicação: Éticas Educacionais, Ética e Investigação Científica, *Filosofia da Hospitalidade, Pedagogia Social*.